

22 MAI 1987

Sarney controla nomeação

Critério político visa a premiar os aliados e assegurar

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, sexta-feira, 22 de maio de 1987 3

e demite adversário

controle das bancadas dos partidos

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

A partir de agora qualquer nomeação ou substituição de cargos e funções de confiança em órgãos da administração direta e indireta, inclusive nos estados e territórios, somente poderá ser feita com previa autorização do presidente José Sarney. Com esta medida, já em vigor, o Presidente assume o controle do relacionamento com os políticos, interpretou uma fonte credenciada do Palácio do Planalto.

Ontem, a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República (SID) divulgou memorando-circular de caráter pessoal e reservado, a todos os ministros de Estado assinado por Sarney com o seguinte teor: "Recomendo a V. Ex^a que não seja feita sem meu prévio conhecimento nenhuma nomeação ou substituição de cargos ou funções deste Ministério nos estados ou territórios".

ESTILO PRÓPRIO

Desde a segunda-feira passada, com o pronunciamento que fez à Nação em cadeia de rádio e televisão definindo a duração do seu mandato e revelando a forma de Governo que prefere, o presidente Sarney começou a governar de fato. Com estilo próprio, que promete firmeza, diferente do estilo "coletivo" que vinha adotando, quando administrava com os políticos.

"Começa uma nova fase do Governo Sarney, e esta será decisiva", considerou um influente assessor do Governo.

Ele revelou que já está sendo providenciado um levantamento das nomeações feitas a pedido daqueles políticos que vêm não apenas negando apoio ao Governo mas, principalmente, afrontando a autoridade do Governo. Este trabalho tem um objetivo definido, cortar as cabeças dos afiliados destes políticos, como foi o caso do Senador Ruy Barcelar (PMDB-BA), que, com palavras de baixo calão, agrediu o Governo, classificando-o de "corja", e acusou o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares de "safado", da tribuna da Constituinte. O troco não demorou e Sarney expediu a ordem de degola dos seus protegidos políticos.

Na alça de mira, estão vários parlamentares, entre eles o senador Mansueto de Lavor, que vem criticando sistematicamente o Governo e questionando a legitimidade do Presidente. Com relação ao governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, (atacou violentamente o presidente) a sinalização já foi dada com o cancelamento de sua audiência há 15 dias. Ele permanecerá por mais um tempo na geladeira apesar da retratação que tentou, usando o ministro da Administração, Aluisio Alves, como intermediário.

Ao ministro, Collor disse que não pretendia atacar o presidente Sarney e era favorável aos cinco anos para seu mandato. Explicou que agiu como agiu porque vinha sendo humilhado, sem conseguir que seus pedidos de audiência fossem atendidos pelo Gabinete Civil. "É provável que não haja chumbo grosso contra o governador. O presidente Sarney não pretende esmagar o Estado de Alagoas", disse o assessor.

Outra decisão do Presidente: limitar o número de porta-vozes do Governo. Para isso resolveu que se utilizará de um programa semanal através de uma rede de televisão através da qual ele próprio dará seus recados e anunciará suas medidas. Com relação a dívida externa, o Presidente fixou um prazo de 30 dias para iniciar as negociações junto aos credores externos. Exigirá, como já disse, melhores condições para que a dívida não seja paga com o sofrimento do povo brasileiro.

Os próximos passos serão a reforma ministerial — que poderá ser de pequenas proporções ou ampla — e uma aceleração no anúncio das medidas de ajuste da economia, até o final do mês ou, no mais tardar, início do próximo. São medidas tomadas esta semana e indicam claramente um novo período no qual predominará a marca pessoal do Presidente.

Bacelar acusa. E perde cargos

O presidente José Sarney decidiu demitir o diretor regional do DNOCS na Bahia, Manuel Bonfim, e o Delegado Regional do Departamento Nacional da Produção Mineral no mesmo Estado, ambos indicados pelo Senador Rui Bacelar (PMDB-BA), em represália à entrevista daquele parlamentar afirmando que havia uma "corja" no Ministério dos Transportes que deveria estar na cadeia, a respeito da licitação da Ferrovia Norte-Sul.

Ao mesmo tempo, o presidente da República disse ao Deputado Jutahy Filho (PMDB-BA) que, doravante, as relações do Governo com os parlamentares de partidos que o apóiam serão marcadas pela reciprocidade, o que significa uma via de mão dupla. O Presidente promete corresponder a cada parlamentar na medida de seu comportamento em relação ao Governo, de modo geral, e a ele, em particular.

DAR E RECEBER

Sarney foi enfático ao receber 23 parlamentares de vários partidos, ontem pela manhã em seu gabinete no Palácio do Planalto: "Quem votar contra o man-

dato de cinco anos está contra o Governo". Seu alerta foi para o deputado Jutahy Júnior, do PMDB baiano, que mantém a sua posição irredutível em favor de um mandato de quatro anos.

— Se ser governo é votar no mandato de cinco anos, eu vou deixar de ser governo — retrucou o deputado baiano, que vai votar na proposta do deputado José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão de Sistema de Governo da Assembléia Nacional Constituinte, que estabelece um mandato de quatro anos com o regime parlamentarista. Ele reconheceu, entretanto, que a tendência da maioria é votar pelo mandato de cinco anos.

Sarney argumentou que um período de cinco anos é fundamental para ter condições de negociar a dívida externa, e para isso também precisa do apoio dos parlamentares. Ele se queixou da falta de suporte do PMDB, alegando que para obter autorização para viajar ao Uruguai foi preciso pressionar o Congresso Nacional. Ele quer mais responsabilidade do partido na condução dos destinos do País.

Jutahy contra-argumentou dizendo que o PMDB nunca faltou com o apoio ao presidente Sarney, porque sempre aprovou as matérias enviadas ao Congresso Nacional. Ele enfatizou que o partido não pode dar o suporte "doutrinário e estratégico". Ele acha que a questão do mandato é secundária, devendo ficar por último nos debates da Assembléia Nacional Constituinte.

Se Jutahy aprova quatro anos, o mesmo não acontece com o deputado Leur Lomanto (PFL-BA), que estava acompanhando o seu colega baiano. Ele acha que o Presidente deve ter cinco anos para governar, mas ressalta que é favorável ao regime parlamentarista. Sarney acha que o Congresso deve tomar cuidado para não confundir "chefe de Estado com chefe de governo".

Grande parte dos parlamentares recebidos por Sarney defende um mandato de cinco anos, como os deputados Vicente Bogo (PMDB-RS), Luis Viana Neto (PMDB-BA) e Francisco Benjamim (PFL-BA) e os senadores Marcondes Gadelha (PFL-PB) e Raimundo Lira (PMDB-PB).